

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na conferência
“O impacto estratégico da Covid-19 no ambiente internacional”**

Assembleia da República, 6 de julho de 2020

Começo por agradecer o convite para participar nesta conferência, em boa hora organizada pela Comissão de Defesa Nacional, pela Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas da Assembleia da República e pela Comissão Portuguesa do Atlântico.

Não poderia deixar passar esta ocasião sem prestar a minha renovada **homenagem ao ilustre parlamentar recentemente falecido, Dr. Miranda Calha**, que presidiu à Comissão de Defesa Nacional deste parlamento e presidia à Comissão Portuguesa do Atlântico aquando do seu falecimento.

Olhando agora para a questão da pandemia, tenho de começar por sublinhar que, infelizmente, a **pandemia da Covid-19 ainda não acabou**. Ainda não acabou em Portugal, como sabemos, e

muito menos no resto do mundo onde os níveis de infeção continuam mais altos do que nunca. Aqui na Europa muitos já estão a pensar que o vírus está controlado, e que o número de novas infeções está a diminuir para um nível negligenciável, mas precisamos de contextualizar: no plano global, a disseminação do vírus continua a aumentar. Em abril, o número de novos casos em todo o mundo andava por volta de 80,000. Em maio esse número subiu para cerca de 95,000. Em junho deu um salto para cerca de 140,000 em média. Já neste mês de julho atingimos pela primeira vez 200,000 infeções novas num só dia.

Nestas circunstâncias, compreende-se que eu queira começar por dizer que o impacto global, regional, nacional da pandemia continua a evoluir de formas que não são fáceis de prever. Convém deixar esta nota de prudência: as **conclusões neste**

momento sobre o impacto global da Covid-19 não podem deixar de ser provisórias. Infelizmente ainda temos muito para ver na evolução da pandemia.

Há um **debate em curso sobre este tema**, das páginas da *Foreign Affairs* até às publicações mais recentes do Instituto da Defesa Nacional, entre aqueles que consideram que a pandemia irá transformar radicalmente a política global e aqueles que consideram que dela irá resultar “apenas” uma aceleração significativa de transformações já em curso. Ou seja, prevalece a ideia de que a Covid-19 está a ter, e terá, um impacto muito significativo no nosso modo de vida, na vida dos Estados e organizações internacionais, e na segurança global. Mas em que sentido?

Como **contributo para esta reflexão que estamos aqui a fazer identificarei três grandes tendências** com significativas consequências globais, das **quais resultam três prioridades no campo da Defesa Nacional.**

Uma **primeira tendência fundamental tem a ver com o facto de que uma nova pandemia é sempre um teste muito exigente à capacidade de resposta de qualquer Estado** ou qualquer regime, havendo inicialmente algum debate sobre que tipo de regime melhor responde a uma crise deste tipo.

Parece-me agora claro, que **é falso que a Covid-19 esteja a ser uma prova da fragilidade das democracias, como alguns quiseram sugerir no início da pandemia.** Claro que os regimes autoritários têm maior capacidade de controlo da sua população

e têm, sobretudo, maior facilidade em controlar a informação e em censurar as más notícias. Mas creio que ficou evidente que as respostas mais eficazes à pandemia vieram de Estados com regimes democráticos estáveis e instituições sólidas, que beneficiam de um elevado grau de competência científica e política, de legitimidade e de confiança da população.

Contudo, a relação entre democracia e crise pandémica é complexa, e **evidentemente que devemos estar atentos a governos com tendências autoritárias que aproveitam qualquer pretexto** ou crise para procurar reforçar os seus poderes discricionários. É isso que temos visto em vários países, incluindo mesmo **no seio da União Europeia.**

Outra realidade que se tornou muito visível, **no contexto desta crise sanitária, são as campanhas de desinformação**, onde as democracias, que são por natureza regimes mais abertos, são mais vulneráveis. Temos lições a extrair desta experiência em matéria de vulnerabilidade a campanhas de desinformação.

Uma **segunda grande tendência a que estamos a assistir tem a ver com a intensificação da competição entre grandes potências**, nomeadamente entre os EUA e a China. Este será provavelmente um dos pontos mais discutidos aqui hoje, e ainda bem que temos connosco a este propósito o Embaixador George Glass.

Portugal tem deixado claro que sabe distinguir aliados históricos de parceiros económicos. O que sublinharia também é que esta tendência, o aumento de competição e tensão entre grandes

potências, torna mais difícil encontrar respostas globais para problemas globais. Falamos de problemas que não podem ser resolvidos eficazmente a uma escala meramente nacional, como o caso da atual pandemia entre outros,

O panorama que temos pela frente neste caso da pandemia, é que **ninguém está plenamente seguro até todos estarmos seguros.**

Muito legitimamente, há uma corrida às vacinas, e a outros medicamentos necessários para o tratamento da Covid-19. É fundamental que essa corrida não se transforme numa guerra. É fundamental que a produção de vacinas e medicamentos seja benéfica para todos, e que não seja um exclusivo apenas de alguns. Por razões éticas, obviamente, mas também por razões práticas: um país não pode ser seguro se os outros países à sua volta não o são.

No âmbito da Aliança Atlântica nós temos um grande potencial espaço de partilha e cooperação. E temos um desafio: se esse potencial não se realizar, a Aliança sairá fragilizada. Nenhuma potência hostil poderia inventar algo melhor para minar a coesão da Aliança Atlântica neste contexto, do que um cenário em que viéssemos a assistir a uma divisão entre Aliados na gestão de uma futura cura para esta pandemia.

A resposta a um **desafio global como uma pandemia só é eficaz se houver genuína cooperação entre os Estados**, nomeadamente **através de instituições multilaterais que garantam a continuidade destes esforços**. É, por isso, fundamental defender instituições como a ONU, e nesse quadro a Organização Mundial de Saúde, assim como a NATO ou a UE. É fundamental o esforço

liderado pela Presidente da Comissão Europeia para recolher financiamento a nível mundial para a produção e distribuição global de uma vacina. Claro que isto não significa, evidentemente, que não haja que aprender lições com a resposta, nem sempre ideal, a esta pandemia, tanto ao nível destas organizações multilaterais como dos Estados nacionais, por forma a melhorarmos o nosso desempenho futuro. Mas o ponto é que estas instituições são peças essenciais e insubstituíveis na nossa resposta à pandemia.

Uma **terceira tendência fundamental**, com impacto estratégico global, foi o acelerar da digitalização da economia, da educação, do nosso modo de vida. A necessidade de decretar uma quarentena numa escala inédita na história resultou em biliões de pessoas em casa. E muitos continuam em casa respondendo ao

apelo dos governos para que, sempre que possível, as pessoas continuem a trabalhar, a estudar, a gerir as necessidades da vida em relativo confinamento.

Este **facto veio deixar ainda mais clara a importância crescente**, em múltiplas dimensões das nossas vidas, **dos meios digitais**. Isto significa também **o multiplicar de potenciais vulnerabilidades que podem ser exploradas por atores hostis**. Significa isto que teremos de estar ainda mais atentos às questões da cibersegurança.

Quais são então algumas das principais implicações destas mudanças em termos **da Defesa Nacional**? Não irei aqui entrar no detalhe do tipo de missões ou meios e capacidades necessários para dar resposta a estas tendências e riscos, embora o Almirante

CEMGFA o possa fazer na sua intervenção. Apontarei apenas três grandes prioridades que resultam mais diretamente das tendências a que me tenho vindo a referir.

Uma primeira prioridade tem a ver com **reforço da capacidade de resposta da NATO e da UE a este tipo de emergências** e ao seu impacto desestabilizador, em múltiplas dimensões, e também em regiões que nos são próximas. Portugal teve um papel pioneiro na partilha regular com os nossos aliados e parceiros de lições aprendidas no combate à Covid-19 pela Defesa Nacional, o que foi muito importante para antecipar dificuldades e respostas. Portugal apoiou as iniciativas do Secretário Geral da NATO e do Alto Representante da UE no sentido de sistematizar essa recolha de experiências e de retirar delas lições para melhorar a nossa resiliência e capacidade de resposta coordenada.

Esta é aliás uma dupla prioridade da Presidência Portuguesa da UE no campo da Defesa. Iremos trabalhar pelo reforço da resiliência e da contribuição militar para a resposta a emergências complexas. E iremos trabalhar pelo reforço da cooperação entre a UE e a NATO em geral e também a este nível específico.

Uma segunda prioridade fundamental tem a ver com o reforço da nossa capacidade de ciberdefesa. Trata-se efetivamente, em linha daquilo que está previsto na LPM, de continuar a trabalhar, nomeadamente ao nível do EMGFA, no sentido de melhorarmos o modelo existente e de definir uma política de recursos humanos que reflita a importância vital desta nova área de soberania.

Claro que a ciberdefesa é só uma parte, embora indispensável, da cibersegurança. E nomeadamente ao nível do combate à desinformação esta tem de ser uma tarefa de todo o governo, de todo o Estado e até de toda a sociedade.

Esta é uma prioridade exigente. É exigente em investimento, mas é sobretudo exigente em investigação e em necessidade de colaboração, não só a nível nacional, mas também com os nossos aliados. E é uma prioridade inadiável, porque a **digitalização será um dos principais tabuleiros em que se jogará o xadrez estratégico global do século XXI.**

Por fim, teremos evidentemente de reforçar a capacidade de resposta da Defesa Nacional a emergências complexas.

Infelizmente, por uma variedade de razões, nomeadamente as

alterações climáticas, é previsível que continuem a multiplicar-se emergências às quais as Forças Armadas serão chamadas pelas autoridades civis a ajudar a responder. Felizmente, a doutrina militar portuguesa é muito clara quanto à importância vital do apoio à população civil, e isso viu-se agora na resposta à pandemia.

Estas **prioridades terão algumas implicações em termos de investimento em meios e capacidades**, embora no fundo correspondam já a uma forte aposta que temos vindo a fazer no sentido de **privilegiar meios e capacidades de duplo uso** e de **valorizar as Forças Armadas como garantia de resiliência e reserva estratégica do Estado**. Sabemos que os meios são sempre mais limitados do que gostaríamos, mas a **essência da estratégica**

está precisamente em fazer adequar as prioridades que se impõem aos meios disponíveis.

O que vos posso garantir é que não deixarei de continuar a insistir num ponto que tantas vezes repito: **os gastos em Defesa são um investimento público na segurança dos portugueses face a todo o tipo de riscos e ameaças, mas são também um investimento na retoma da economia, na criação de emprego qualificado, na inovação tecnológica nacional.**

Para terminar queria deixar uma nota de **reconhecimento a todos aqueles que garantiram que as missões da Defesa Nacional continuaram a ser desempenhadas eficazmente neste contexto especialmente exigente de pandemia e, em particular, às Forças Nacionais Destacadas**, que não abandonaram os nossos parceiros

neste momento de especial vulnerabilidade. Queria ainda louvar publicamente todo o notável esforço de adaptação e inovação das Forças Armadas na resposta a esta primeira fase de combate à Covid-19. **Creio que todos os portugueses reconhecem e agradecem este esforço das suas Forças Armadas para os defender deste novo inimigo invisível.**

Muito obrigado a todos.